

The background of the cover is a solid orange color. Overlaid on this are faint, light-colored line drawings of archaeological site plans. These plans show various structures, walls, and courtyards, typical of ancient Roman or medieval settlements. A prominent white curved line, resembling a stylized 'C' or a section of a wall, cuts across the middle of the cover, separating the title area from the lower part of the map.

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2023 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, César Neves e Andrea Martins
Design gráfico e paginação: Paulo Freitas

ISBN: 978-972-9451-98-0

Edição: Associação dos Arqueólogos Portugueses, CEAACP, CEIS2o e IA-FLUC
Lisboa, 2023

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Planta das ruínas de Conímbriga. © Museu Nacional de Conímbriga



Apoio Institucional:



Índice

- 15 Prefácio
José Morais Arnaud
- 1. Pré-História**
- 19 O potencial informativo dos *Large Cutting Tools*: o caso de estudo da estação paleolítica do Casal do Azemel (Leiria, Portugal)
Carlos Ferreira / João Pedro Cunha-Ribeiro / Eduardo Méndez-Quintas
- 33 PaleoTejo – Uma rede de trabalho para a investigação e para o património relacionado com os Neandertais e pré-Neandertais
Telmo Pereira / Luís Raposo / Silvério Figueiredo / Pedro Proença e Cunha / João Caninas / Francisco Henriques / Luiz Oosterbeek / Pierluigi Rosina / João Pedro Cunha-Ribeiro / Cristiana Ferreira / Nelson J. Almeida / António Martins / Margarida Salvador / Fernanda Sousa / Carlos Ferreira / Vânia Pirata / Sara Garcês / Hugo Gomes
- 45 A indústria lítica de malhadinhas e o seu enquadramento no património acheulense do vale do Tejo
Vânia Pirata / Telmo Pereira / José António Pereira
- 61 O Abrigo do Lagar Velho revisitado
Ana Cristina Araújo / Ana Maria Costa / Montserrat Sanz / Armando Lucena / Joan Daura
- 75 Contributo para o conhecimento das indústrias líticas pré-históricas do litoral de Esposende (NW de Portugal)
Sérgio Monteiro-Rodrigues
- 95 À volta da fogueira na pré-história: análise às estruturas de combustão do Sul de Portugal – a Praia do Malhão (Odemira)
Ana Rosa
- 105 O projecto LandCraft. A intervenção arqueológica no abrigo das Lapas Cabreiras
João Muralha Cardoso / Mário Reis / Bárbara Carvalho / Lara Bacelar Alves
- 119 A ocupação pré-histórica de Monte Novo: local de culto e de habitat
Mário Monteiro / Anabela Joaquineto
- 135 A formalização de espaços públicos durante o Calcolítico no Alto Douro Português: as Grandes Estruturas Circulares do Castanheiro do Vento (V. N. de Foz Côa)
Ana Vale / João Muralha Cardoso / Sérgio Gomes / Vítor Oliveira Jorge
- 149 Em busca da colecção perdida (1): Vila Nova de São Pedro no Museu Municipal de Vila Franca de Xira
César Neves / José Morais Arnaud / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 167 De casa em casa: novos dados sobre o sítio pré-histórico do Rio Seco/Boa-Hora (Ajuda, Lisboa)
Regis Barbosa
- 179 Um contributo para o estudo das Pontas Palmela das «Grutas de Alcobaça»
Michelle Teixeira Santos / Cátia Delicado / Isabel Costeira
- 195 Monte da Ponte (Évora): Um cruzamento entre o positivo e o negativo?
Inês Ribeiro
- 203 Peças antropomórficas da necrópole megalítica de Alto de Madorras. Abordagem preliminar ao seu estudo e valorização no âmbito do Projecto TSF – Murça
Maria de Jesus Sanches / Maria Helena Barbosa / Nuno Ramos / Joana Castro Teixeira / Miguel Almeida

- 219 Apontamentos sobre o monumento megalítico da Bouça da Mó 2, Balugães, Barcelos (Noroeste de Portugal)
Luciano Miguel Matos Vilas Boas
- 227 A Mamoa 1 do Crasto, Vale de Cambra. Um monumento singular
Pedro Manuel Sobral de Carvalho
- 241 À conversa com os ossos: População do Neolítico Final/Calcolítico da Lapa da Bugalheira, Torres Novas
Helena Gomes, Filipa Rodrigues, Ana Maria Silva
- 253 Dos ossos, cacos, pedras e terra à leitura detalhada das práticas funerárias no 3º milénio a.C.: o caso do Hipogeu I do Monte do Carrascal 2 (Ferreira do Alentejo, Beja)
Maria João Neves
- 267 Os sepulcros da Pré-História recente da Quinta dos Poços (Lagoa): contextos e cronologias
António Carlos Valera / Lucy Shaw Evangelista / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 285 Quinta dos Poços (Lagoa): Dados biológicos e práticas funerárias dos Sepulcros da Pré-História Recente
Lucy Shaw Evangelista / Eduarda Silva / Sofia Nogueira / António Carlos Valera / Catarina Furtado / Francisco Correia
- 299 Everything everywhere? Definitely not all at once. Uma aproximação inicial às práticas de processamento de macrofaunas da Pré-História recente do Centro e Sul de Portugal
Nelson J. Almeida / Catarina Guinot / António Diniz
- 313 Um sítio, duas paisagens: a exploração de recursos vegetais durante o Mesolítico e a Idade do Bronze na Foz do Medal (Baixo Sabor, Nordeste de Portugal)
João Pedro Tereso / María Martín Seijo / Rita Gaspar
- 327 Análise isotópica estável ($\Delta^{13}\text{C}$) em sedimentos de sítios arqueológicos
Virgínia Lattao / Sara Garcês / Hugo Gomes / Maria Helena Henriques / Elena Marroccchino / Pierluigi Rosina / Carmela Vaccaro
- 333 Sobre a presença de sílex na Praia das Maças (Sintra)
Patrícia Jordão / Nuno Pimentel
- 345 Lost & Found. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica realizados no vale do Carvalhal de Aljubarrota (Alcobaça, Leiria)
Cátia Delicado / Leandro Borges / João Monte / Bárbara Espírito Santo / Jorge Lopes / Inês Sofia Silva
- 357 Análise dos padrões de localização das grutas arqueológicas da Arrábida
João Varela / Nuno Bicho / Célia Gonçalves
- 365 Novos testemunhos de ocupação pré-histórica na área da ribeira de Santa Margarida (Alto Alentejo): notícia preliminar
Ana Cristina Ribeiro

2. Proto-História

- 377 Dinâmicas de Povoamento durante a Idade do Bronze no Centro da Estremadura Portuguesa: O Litoral Atlântico Entre as Serras d'Aires e Candeeiros e de Montejunto
Pedro A. Caria
- 389 Novos dados sobre os povoados do Bronze Final dos Castelos (Beja) e Laço (Serpa) no âmbito do Projeto Odyssey. Contributos a partir de um levantamento drone-LiDAR
Miguel Serra / João Fonte / Tiago do Pereiro / Rita Dias / João Hipólito / António Neves / Luís Gonçalves Seco
- 401 Metais do Bronze Final no Ocidente Ibérico. O caso dos machados de alvado a sul do rio Tejo
Marta Gomes / Carlo Bottaini / Miguel Serra / Raquel Vilaça
- 411 Dois Sítios, um ponto de situação. Primeiros resultados dos trabalhos nos Castros de Ul e Recarei em 2022
João Tiago Tavares / Adriaan de Man

- 425 Reflexões acerca dos aspetos técnicos e tecnológicos dos artefactos de ferro do Bronze Final / Ferro Inicial no território português
Pedro Baptista / Ralph Araque Gonzalez / Bastian Asmus / Alexander Richter
- 439 Resumo de resultados do projeto IberianTin (2018-22) e resultados iniciais do projeto Gold. PT (2023-)
Elin Figueiredo / João Fonte / Emmanuelle Meunier / Sofia Serrano / Alexandra Rodrigues
- 451 À volta da Pedra Formosa. Estudo do Balneário Este da Citânia de Briteiros
Gonçalo Cruz
- 463 Intercâmbio no primeiro milénio A.C., no litoral, entre os estuários dos rios Cávado e Ave
Nuno Oliveira
- 481 Castro de Guifões: elementos para a reconstituição paleogeográfica e compreensão da ocupação antiga do sítio
Andreia Arezes / Miguel Almeida / Alberto Gomes / José Varela / Nuno Ramos / André Ferreira / Manuel Sá
- 493 O Castro da Madalena (Vila Nova de Gaia) no quadro da ocupação proto-histórica da margem esquerda do Douro
Edite Martins de Sá / António Manuel S.P. Silva
- 507 Uma cabana com vista para o rio, no Sabugal da Idade do Ferro
Inês Soares / Paulo Pernadas / Marcos Osório
- 519 Cerca do Castelo de Chão do Trigo (S. Pedro do Esteval, Proença-a-Nova): resultados de três campanhas de escavações (2017-2019)
Paulo Félix
- 533 Instrumentos e artes de pesca no sítio proto-histórico de Santa Olaia (Figueira da Foz)
Sara Almeida / Raquel Vilaça / Isabel Pereira
- 549 Sobre a influência da cerâmica grega nas produções de cerâmica cinzenta do estuário do Tejo: um vaso emblemático encontrado nas escavações arqueológicas do Largo de Santa Cruz (Lisboa)
Elisa de Sousa / Sandra Guerra / João Pimenta / Roshan Paladugu
- 563 *To buy fine things*: trabalhos e perspectivas recentes sobre o consumo de importações mediterrâneas no Sul de Portugal durante o I milénio a.n.e.
Francisco B. Gomes
- 575 Arquitecturas orientais em terra na fronteira atlântica: novas abordagens do Projecto #BuildinginNewLands
Marta Lorenzon / Benjamín Cutillas-Victoria / Elisa Sousa / Ana Olaio / Sara Almeida / Sandra Guerra
- 585 Frutos, cultivos e madeira no Castro de Alvarelhos: a arqueobotânica do projeto CAESAR
Catarina Sousa / Filipe Vaz / Daniela Ferreira / Rui Morais / Rui Centeno / João Tereso

3. Antiguidade Clássica e Tardia

- 599 A propósito de machados polidos encontrados em sítios romanos do território português e a crença antiga nas “pedras de raio”
Fernando Coimbra
- 611 Unidades Organizativas e Povoamento no Extremo Ocidental da *Civitas* Norte-Lusitana dos *interannienses*: um ensaio
Armando Redentor / Alexandre Canha
- 625 As Termas Romanas da Quinta do Ervedal (Castelo Novo, Fundão)
Joana Bizarro
- 633 Paisagem rural, paisagem local: os primeiros resultados arqueológicos e arqueobotânicos do sítio da Terra Grande (*civitas Igaeditanorum*)
Sofia Lacerda / Filipe Vaz / Cláudia Oliveira / Luís Seabra / João Tereso / Ricardo Costeira da Silva / Pedro C. Carvalho

- 649 Recontextualização dos vestígios arqueológicos do *forum* de Coimbra. Uma leitura a partir da comparação tipo-morfológica
Pedro Vasco de Melo Martins
- 665 Sítio do Antigo (Torre de Vilela, Coimbra): uma possível *villa* suburbana de *Aeminium*
Rúben Mendes / Raquel Santos / Carmen Pereira / Ricardo Costeira da Silva
- 679 A fachada norte da Casa dos Repuxos (Conímbriga): resultados das campanhas de 2021 e 2022
Ricardo Costeira da Silva / José Ruivo / Vítor Dias
- 693 Intervenções Arqueológicas em Condeixa-a-Velha no âmbito das acções do Movimento para a Promoção da Candidatura de Conímbriga a Património Mundial da Unesco
Pedro Peça / Miguel Pessoa / Pedro Sales / João Duarte / José Carvalho / Fernando Figueiredo / Flávio Simões
- 707 O sítio arqueológico de São Simão, Penela
Sónia Vicente / Flávio Simões / Ana Luísa Mendes
- 723 O sítio arqueológico da Telhada (Vermoil, Pombal)
Patrícia Brum / Mariana Nabais / Margarida Figueiredo / João Pedro Bernardes
- 731 *Górgona* – um *corpus* de *opus sectile* na Lusitânia
Carolina Grilo / Lídia Fernandes / Patrícia Brum
- 741 *Villa* romana da Herdade das Argamassas. Delta, motivo de inspiração secular. Do mosaico ao café
Vítor Dias / Joaquim Carvalho / Cornelius Meyer
- 755 A Antiguidade Tardia no Vale do Douro: o exemplo de Trás do Castelo (Vale de Mir, Pegarinhos, Alijó)
Tony Silvino / Pedro Pereira / Rodolphe Nicot / Laudine Robin / Yannick Teyssonneyre
- 771 A Arqueologia Urbana em Braga: oportunidades e desafios. O caso de estudo da rua Nossa Senhora do Leite, n.ºs 8/10
Fernanda Magalhães / Luís Silva / Letícia Ruela / Diego Machado / Lara Fernandes / Eduardo Alves / Manuela Martins / Maria do Carmo Ribeiro
- 785 Balneário romano de São Vicente (Penafiel): projeto de revisão das estruturas construídas e do contexto histórico-arqueológico do sítio
Silvia González Soutelo / Teresa Soeiro / Juan Diego Carmona Barrero / Jorge Sampaio / Helena Bernardo / Claus Seara Erwelein
- 801 Um contexto cerâmico tardo-antigo da Casa do Infante (Porto)
João Luís Veloso / Paulo Dordio Gomes / Ricardo Teixeira / António Manuel S. P. Silva
- 815 Trabalhos arqueológicos no Patarinho (Santa Comba Dão, Viseu): caracterização de uma pequena área de produção vinícola no vale do Dão em época alto-imperial
Pedro Matos / João Losada
- 831 Sobre a ocupação tardia da *villa* da Quinta da Bolacha – estudo de um contexto de ocupação da casa romana
Vanessa Dias / Gisela Encarnação / João Tereso
- 843 Os materiais do sítio romano de Eira Velha (Miranda do Corvo) como índice cronológico das suas fases de construção
Inês Rasteiro / Ricardo Costeira da Silva / Rui Ramos / Inês Simão
- 859 Cerâmica de importação em *Talabriga* (Cabeço do Vouga, Águeda)
Diana Marques / Ricardo Costeira da Silva
- 873 Revisão dos objetos ponderais recuperados na antiga *Conimbriga* (Condeixa-a-Nova, Coimbra)
Diego Barrios Rodríguez / Cruces Blázquez Cerrato
- 885 O conjunto de pesos de tear do sítio romano de Almoínhas
Martim Lopes / Paulo Calaveiras / José Carlos Quaresma / Joel Santos

- 901 *A terra sigillata* e a cerâmica de cozinha africana na cidade de Lisboa no quadro do comércio do ocidente peninsular – O caso do edifício da antiga Sede do Banco de Portugal
Ana Beatriz Santos
- 915 Análise (im)possível dos espólios arqueológicos do sítio do Mascarro (Castelo de Vide, Portugal)
Sílvia Monteiro Ricardo
- 931 Reconstruindo a paisagem urbana de Braga desde a sua fundação até à cidade medieval: as ruas como objeto de estudo
Leticia Ruela / Fernanda Magalhães / Maria do Carmo Ribeiro
- 941 A dinâmica viária no vale do Rabagão: a via XVII e o contributo dos itinerários secundários
Bruno Dias / Rebeca Blanco-Rotea / Fernanda Magalhães
- 953 Resultados das leituras geofísicas de Monte dos Castelinhos, Vila Franca de Xira
João Pimenta / Tiago do Pereiro / Henrique Mendes / André Ferreira
- 965 *Loca sacra*: Para uma topografia dos lugares simbólicos no atual Alentejo em época romana
António Diniz
- 977 Mosaicos da área de influência de *Pax Ivlia*
Maria de Fátima Abraços / Licínia Wrench
- 993 A exploração de pedras ornamentais na Lusitânia: Primeiros dados de um estudo em curso
Gil Vilarinho

4. Época Medieval

- 1009 A necrópole da Alta Idade Média do Castro de São Domingos (Lousada, Portugal)
Paulo André Pinho Lemos / Manuel Nunes / Bruno M. Magalhães
- 1025 A transformação e apropriação do espaço pelos edifícios rurais, entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média, no troço médio do vale do Guadiana (Alentejo, Portugal)
João António Ferreira Marques
- 1037 A reconfiguração do espaço rural na Alta Idade Média. Análise dos marcadores arqueológicos no Alto Alentejo
Rute Cabriz / Sara Prata
- 1047 O Castelo de Vale de Trigo (Alcácer do Sal): dados das intervenções arqueológicas
Marta Isabel Caetano Leitão
- 1061 Convento de Nossa Senhora do Carmo de Moura, um conjunto de silos medievais islâmicos: dados preliminares de uma das sondagens arqueológicas de diagnóstico
Vanessa Gaspar / Rute Silva
- 1075 Potes meleiros islâmicos – Contributo para o estudo da importância do mel na Idade Média
Rosa Varela Gomes
- 1085 Luxos e superstições – registos de espólio funerário e outras materialidades nas necrópoles islâmicas no Gharb al-Andalus
Raquel Gonzaga
- 1097 A Necrópole Islâmica do Ribat do Alto da Vigia, Sintra
Alexandre Gonçalves / Helena Catarino / Vânia Janeirinho / Filipa Neto / Ricardo Godinho
- 1115 O inédito pavimento Cisterciense da cidade de Évora
Ricardo D'Almeida Alves de Morais Sarmento
- 1129 Do solo para a parede: a intervenção arqueológica no Pátio do Castilho n.º 37-39 e a(s) Torre(s) de Almedina da muralha(s) de Coimbra
Susana Temudo

- 1145 Utensílios cerâmicos de uma cozinha medieval islâmica no espaço periurbano de al-Ushbuna (1ª metade do séc. XII)
Jorge Branco / Rodrigo Banha da Silva
- 1159 O convento de S. Francisco de Real na definição da paisagem monástico-conventual de Braga, entre a Idade Média e a Idade Moderna
Francisco Andrade
- 1169 “Ante o cruzeiro jaz o mestre”: resultados preliminares da escavação do panteão da Ordem de Santiago (séculos XIII – XVI) localizado no Santuário do Senhor dos Mártires (Alcácer do Sal)
Ana Rita Balona / Liliana Matias de Carvalho / Sofia N. Wasterlain
- 1181 Produções cerâmicas da Braga medieval: cultura e agência material
Diego Machado / Manuela Martins
- 1197 Agricultura e paisagem em Santarém entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico a partir das evidências arqueobotânicas
Filipe Vaz / Luís Seabra / João Tereso / Catarina Viegas / Ana Margarida Arruda

5. Época Moderna

- 1215 A necrópole medieval e moderna de Benavente: resultados de uma intervenção de Arqueologia Preventiva
Joana Zuzarte / Paulo Félix
- 1229 Rua da Judiaria – Castelo de Vide: Aspetos gerais da intervenção arqueológica na eventual Casa do Rabino
Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos / Susana Rodrigues Cosme
- 1239 A coleção de estanho de Esposende
Elisa Maria Gomes da Torre e Frias-Bulhosa
- 1253 *Três barris num campo de lama*: dados preliminares para o estudo da vitivinicultura na cidade de Aveiro no período moderno
Diana Cunha / Susana Temudo / Pedro Pereira
- 1269 Aveiro como centro produtor de cerâmica: os vestígios da oficina olárica identificada na Rua Capitão Sousa Pizarro
Vera Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado
- 1283 A Casa Cordovil: contributo para o conhecimento de Évora no Período Moderno
Leonor Rocha
- 1295 Reconstruir a Cidade: o pré e o pós-terramoto na Rua das Escolas Gerais, nº 61 (Lisboa)
Susana Henriques
- 1305 Lazareto, fortaleza e prisão: arqueologia do Presídio da Trafaria (Almada)
Fabián Cuesta-Gómez / Catarina Tente / Sérgio Rosa / André Teixeira / Francisca Alves Cardoso / Sílvia Casimiro
- 1319 Conhecer o quotidiano do Castelo de Palmela entre os séculos XV e XVIII através dos artefactos metálicos em liga de cobre
Luís F. Pereira
- 1331 Um forno de cerâmica do início da Época Moderna na Rua Edmond Bartissol, Setúbal
Victor Filipe / Eva Pires / Anabela Castro
- 1341 A necrópole da Igreja Velha do Peral (Proença-a-Nova)
Anabela Joaquineto / Francisco Henriques / Francisco Curate / Carla Ribeiro / Nuno Félix / Fernando Robles Henriques / João Caninas / Hugo Pires / Paula Bivar de Sousa / Carlos Neto de Carvalho / Isabel Gaspar / Pedro Fonseca
- 1357 A materialização da morte em Bucelas entre os séculos XV e XIX. Rituais, semiótica e simbologias
Tânia Casimiro / Dário Ramos Neves / Inês Costa / Florbela Estevão / Nathalie Antunes-Ferreira / Vanessa Filipe

- 1369 Ficam os ossos e ficam os anéis: objetos de adorno e de crença religiosa da necrópole do Convento dos Lóios, Lisboa
João Miguez / Marina Lourenço
- 1379 “Não ha sepultura onde se não tenham enterrado mais de dez cadáveres”: as valas comuns de época moderna da necrópole do Hospital dos Soldados (Castelo de São Jorge, Lisboa), uma prática funerária de recurso
Carina Leirião / Liliana Matias de Carvalho / Ana Amarante / Susana Henriques / Sofia N. Wasterlain
- 1391 Estudo tafonómico de uma coleção osteológica proveniente da Igreja da Misericórdia em Almada
Maria João Rosa / Francisco Curate
- 1403 Variabilidade formal e produtiva da cerâmica moderna na cidade de Braga: estudo de caso
Lara Fernandes / Manuela Martins / Maria do Carmo Franco Ribeiro
- 1415 Representações femininas na faiança portuguesa de Santa Clara-a-Velha: desigualdade, subalternização, emancipação
Inês Almendra Castro / Tânia Manuel Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1427 Poder, família, representação: a heráldica na faiança de Santa Clara-a-Velha
Danilo Cruz / Tânia Casimiro / Ricardo Costeira da Silva
- 1437 A Chacota de Faiança a uso e o significado social do seu consumo em Lisboa, nos meados-finais do século XVII: a amostragem do Hospital dos Pescadores e Mareantes de Alfama
André Bargão / Sara da Cruz Ferreira / Rodrigo Banha da Silva
- 1445 Algumas considerações sobre os artefactos em ligas metálicas descobertos no Palácio Sant’Anna em Carnide, Lisboa
Carlos Boavida / Mário Monteiro
- 1461 Os cachimbos cerâmicos dos séculos XVII e XVIII do Palácio Almada-Carvalhais (Lisboa)
Sara da Cruz Ferreira / André Bargão / Rodrigo Banha da Silva / Tiago Nunes
- 1469 Tróia fumegante. Os cachimbos cerâmicos modernos do sítio arqueológico de Tróia
Miguel Martins de Sousa / Tânia Manuel Casimiro / Filipa Araújo dos Santos / Mariana Nabais / Inês Vaz Pinto
- 1483 Um copo para muitas garrafas. Algumas palavras sobre um conjunto de vidros modernos e contemporâneos encontrados na Praia da Alburrica (Barreiro)
Carlos Boavida / António González
- 1495 *A Gran Principessa di Toscana*, um naufrágio do século XVII no Cabo Raso (Cascais)
Sofia Simões Pereira / Francisco Mendes / Marco Freitas
- 1503 Condições ambientais e contexto arqueológico na margem estuarina de Lisboa: dados preliminares da sondagem ESSENTIA (Av. 24 de Julho | Rua Dom Luís I)
Margarida Silva / Ana Maria Costa / Maria da Conceição Freitas / José Bettencourt / Inês Mendes da Silva / Tiago Nunes / Mónica Ponce / Jacinta Bugalhão
- 1517 Evolução ambiental do estuário do Rio Cacheu, Guiné-Bissau: dados preliminares
Rute Arvela, Ana Maria Costa, Maria da Conceição Freitas, Rui Gomes Coelho
- 1525 Extrair informação cultural de madeiras náuticas: uma experiência em Lisboa
Francisco Mendes / José Bettencourt / Marco Freitas / Sofia Simões Pereira
- 1535 Ferramentas, carpinteiros e calafates a bordo da fragata *Santo António de Taná* (Mombaça, 1697)
Patrícia Carvalho / José Bettencourt
- 1547 Parede 1, Carcavelos 12 e Carcavelos 13: três naufrágios da Guerra Peninsular?
José Bettencourt / Augusto Salgado / António Fialho / Jorge Freire
- 1555 Estudo zooarqueológico e tafonómico de um silo de época moderno-contemporânea da Casa Cordovil, Évora
Catarina Guinot / Nelson J. Almeida / Leonor Rocha

- 1569 Uma aproximação à Arqueologia de Paisagem: a paisagem fluvial e as dimensões da sua exploração, comunicação e ocupação
Patrícia Alho / Vanda Luciano
- 1575 Dos Arquivos ao Trabalho de Campo: o Estudo da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Portimão)
Bruna Ramalho Galamba
- 1583 Palácio Vaz de Carvalho, a diacronia de um sítio: da Pré-História à Contemporaneidade
Anabela Sá / Inês Mendes da Silva
- 1595 *Um olhar sobre o passado*: apresentação dos resultados de uma intervenção arqueológica na Figueira da Foz
Bruno Freitas / Sérgio Gonçalves / André Donas-Botto
- 1607 Todos os metros contam, 200 mil anos num quarteirão? O caso das Olarias de Leiria
Ana Rita Ferreira / André Donas-Botto / Cláudia Santos / Luís Costa

6. Época Contemporânea

- 1625 Navios de ferro: contributos para uma abordagem arqueológica aos naufrágios de Idade Contemporânea em Portugal
Marco Freitas / Francisco Mendes / Sofia Simões Pereira
- 1637 *Das peles e dos rebites*: o processo de inventariação arqueológica da Central do Biel e da Fábrica de Curtumes do Granjo (Vila Real)
Pedro Pereira / Fernando Silva
- 1649 Seminário Maior de Coimbra: o contributo da arqueologia num espaço em reabilitação
Constança dos Santos / Sónia Filipe / Paulo Morgado / Gina Dias
- 1663 Paradigmas de Preservação e Valorização do Património Monumental nas Linhas de Torres Vedras. Abordagem às intervenções realizadas no Forte da Archeira (Torres Vedras), no Forte 1.º de Suberra e na Bateria Nova de Suberra (Vila Franca de Xira)
João André Perpétuo / Miguel Martins de Sousa / João Ramos
- 1677 Pavimentos em mós na arquitetura saloia: novos dados na Amadora
Nuno Dias / Catarina Bolila / Vanessa Dias / Gisela Encarnação
- 1685 O Tejo e a industrialização: como Lisboa “invadiu” o rio no século XIX
Inês Mendes da Silva
- 1695 As Alcaçarias do Duque. A redescoberta dos últimos banhos públicos de Alfama
Filipe Santos
- 1709 Memorial da Serralharia – Arqueologia do Passado Recente no Hospital de São José
João Sequeira / Carlos Boavida / Afonso Leão
- 1723 *kana, fornadja y kumunidadi*: Um caso de estudo da produção e transformação da cana sacarina na Ribeira dos Engenhos (Ilha de Santiago)
Nireide Pereira Tavares
- 1735 Personagens Escondidas: À procura das emoções esquecidas das mulheres na indústria portuguesa. Uma análise arqueológica através de novas materialidades
Susana Pacheco / Joel Santos / Tânia Manuel Casimiro
- 1747 Sós mas não Esquecidos. Por uma Arqueologia da Solidão
Joel Santos / Susana Pacheco

7. Arte Rupestre

- 1761 O projeto First-Art (*Extension*): determinação cronológica e caracterização dos pigmentos nas fases iniciais da Arte Rupestre Paleolítica
Sara Garcês / Hipólito Collado / Hugo Gomes / Virginia Lattao / George Nash / Hugo Mira Perales / Diego Fernández Sánchez / José Julio García Arranz / Pierluigi Rosina / Luiz Oosterbeek

- 1771 Mais perto da conclusão: novo ponto da situação da prospecção e inventário da arte rupestre do Côa
Mário Reis
- 1787 Propostas metodológicas para a conservação dos sítios com Pinturas Rupestres da Pré-História recente no Vale do Côa
Vera Moreira Caetano / Fernando Carrera / Lara Bacelar Alves / António Batarda Fernandes / Teresa Rivas / José Santiago Pozo-Antonio
- 1801 Alguma cor num fundo de gravura: principais conjuntos da pintura pré-histórica do Vale do Côa
Lara Bacelar Alves / Andrea Martins / Mário Reis
- 1815 Desde a crista, olhando para o Tejo – os abrigos com pintura esquemática do Pego da Rainha (Mação, Portugal)
Andrea Martins
- 1841 Gravuras rupestres da rocha 2 da Lomba do Carvalho (Almaceda, Castelo Branco).
Informação empírica e hipóteses interpretativas
Mário Varela Gomes
- 1859 Um novo olhar sobre as gravuras de labirintos: o caso do Castelinho (Torre de Moncorvo, Portugal)
Andreia Silva / Sofia Figueiredo-Persson / Elin Figueiredo
- 1875 Os seixos incisos da Idade do Ferro de São Cornélio (Sabugal, Alto Côa)
Luís Luís / Marcos Osório / André Tomás Santos / Anna Lúcia Vitale / Raquel Vilaça
- 1891 Entre topónimos e lendas. Explicações das sociedades rurais para o fenómeno podomórfico do nordeste de Trás-os-Montes
José Moreira
- 1905 Os grafitos molinológicos ou a realidade (in)visível das moagens hidráulicas tradicionais: resultados da aplicação de um inédito roteiro metodológico (Lousada, Norte de Portugal)
Manuel Nunes / Paulo André P. Lemos

8. Arqueologia Pública, Comunicação e Didática

- 1923 Património Mundial e Valor Social: Uma Investigação sobre os Sítios Pré-históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde
José Paulo Francisco
- 1931 Parque Arqueosocial do Andakatu em Mação. Boas práticas para a sustentabilidade e disseminação do conhecimento científico
Hugo Gomes / Sara Garcês / Luiz Oosterbeek / Pedro Cura / Anabela Borralheiro / Rodrigo Santos / Sandra Alexandre
- 1943 Vila Nova de São Pedro e a Arqueologia Pública – a consolidação de um projecto através dos agentes da sua história
José M. Arnaud / Andrea Martins / César Neves / Mariana Diniz
- 1963 O Monumento Pré-histórico da Praia das Maças (Sintra): atividades de divulgação e educação patrimonial realizadas no âmbito das recentes escavações arqueológicas
Eduardo Porfírio / Catarina Costeira / Teresa Simões
- 1979 A Idade do Bronze como ferramenta de Educação e Divulgação em Arqueologia – O Projeto Outeiro do Circo 2022-2023
Sofia Silva / Eduardo Porfírio / Miguel Serra
- 1993 Arqueologia Pública: a Festa da Arqueologia como caso de estudo
Carla Quirino / Andrea Martins / Mariana Diniz
- 2013 Open House Arqueologia – a aproximação da disciplina científica aos cidadãos
Lídia Fernandes / Carolina Grilo / Patrícia Brum
- 2025 “Cada cavadeira sua minhoca”: Arqueologia Pública e Comunicação através do caso de estudo do Largo do Coreto e envolvente em Carnide (Lisboa)
Ana Caessa / Nuno Mota

- 2037 **Grupo CIGA: comunicar e divulgar a cerâmica islâmica**
Isabel Inácio / Jaquelina Covaneiro / Isabel Cristina Fernandes / Sofia Gomes / Susana Gómez / Maria José Gonçalves / Marco Liberato / Gonçalo Lopes / Constança Santos / Jacinta Bugalhão / Helena Catarino / Sandra Cavaco
- 2047 **O Forte de São João Batista da Praia Formosa: a recuperação virtual e a reconstrução da memória**
Diogo Teixeira Dias / Sérgio Gonçalves
- 2059 **Entre a Universidade e a profissão: A experiência de um Estágio Curricular narrada na primeira pessoa**
Mariana Santos
- 2069 **A Arqueologia e os seus Públicos: relação dos Arqueólogos com os outros Cidadãos no âmbito da Contemporaneidade**
Florbel Estêvão / Vítor Oliveira Jorge
- 2079 **Arqueologia e Comunicação na era da Big Data: do sítio arqueológico ao registo de monumentos e paisagens. Será este um dia FAIR?**
Ariele Câmara / Ana de Almeida / João Oliveira / Daniel Marçal
- 2091 **Exposição de Arte-Arqueologia: Artefactos do Descarte**
Pedro da Silva / Inês Moreira

9. Historiografia e Teoria

- 2103 **Pré-História e “Antropologia Cultural”: repensar esta interface**
Vítor Oliveira Jorge
- 2115 **“Onde está o Wally?” Representações de mulheres nos museus de Pré-História**
Sara Brito
- 2125 **“Criei o hábito de geralmente ignorar”: sexismo, assédio e abuso sexual em Arqueologia**
Liliana Matias de Carvalho / Sara Simões / Sara Brito / Jacinta Bugalhão / Miguel Rocha / Mauro Correia / Regis Barbosa / Raquel Gonzaga
- 2137 **O ensino da Arqueologia em Portugal**
Jacinta Bugalhão
- 2149 **O Grupo Pró-Évora e o curso de arqueologia de 1968: uma primeira aproximação ao tema**
Ana Cristina Martins
- 2161 **Andanças na Arqueologia Urbana da Cidade de Coimbra: Um Historial de Duas Décadas do Processo Metro Mondego**
António Batarda Fernandes
- 2177 **Peixes de Água Doce e Migradores de Portugal: Sistematização da Informação Zooarqueológica**
Miguel Rodrigues / Filipe Ribeiro / Sónia Gabriel
- 2191 **Extração de Conhecimento em Arqueologia: primeiros resultados da aplicação a dados portugueses**
Ivo Santos
- 2199 **A Igreja do Carmo de Lisboa: um exemplo de arqueologia vertical com 600 anos**
Célia Nunes Pereira

10. Gestão, Valorização e Salvaguarda do Património

- 2215 **A simplificação legislativa e os desafios à atividade arqueológica**
Gertrudes Branco
- 2223 **IPA / IGESPAR, IP / DGPC – Extensão de Torres Novas: 25 anos**
Sandra Lourenço / Gertrudes Zambujo / Cláudia Manso
- 2239 **O futuro do Património Arqueológico Subaquático: Uma perspetiva através do ensino**
Adolfo Silveira Martins / Alexandra Figueiredo / Cláudio Monteiro / Adolfo Miguel Martins

- 2245 **Recomendações de Boas-Práticas em Arqueologia de Ambientes Húmidos**
Ana Maria Costa / Cândida Simplício / Cristóvão Fonseca / Jacinta Bugalhão / João Pedro Tereso / José Bettencourt / José António Gonçalves / Miguel Lago / Pedro Barros / Rodrigo Banha da Silva
- 2261 **A inventariação e georreferenciação do Património Cultural Marítimo no *Endovéllico***
Pedro Barros / Jacinta Bugalhão / Gonçalo C. Lopes / Cristóvão Fonseca / Pedro Caleja / Filipa Bragança / Sofia Pereira / Ana Sofia Gomes
- 2273 **A piroga monóxila Lima 7 e os desafios que o rio nos apresenta**
José António Gonçalves / João Marrocano
- 2291 **A paisagem marítima do litoral do Minho. Uma primeira aproximação à paisagem económica de Viana do Castelo**
Tiago Silva
- 2301 **O projeto TURARQ – Turismo Arqueológico para a compreensão da cultura e das interações ambientais**
Hugo Gomes / Sara Garcês / Marco Martins / Anícia Trindade / Douglas O. Cardoso / Eduardo Ferraz / Luiz Oosterbeek
- 2307 **Tecnologias de Detecção Remota aplicadas ao Descritor do Património: da prática à reflexão**
Gabriel Pereira / Nuno Barraca / Mauro Correia / Gustavo Santos
- 2321 **Procedimentos a adotar na manipulação de materiais arqueológicos para análises de resíduos orgânicos: as práticas instituídas e os equívocos**
César Oliveira
- 2331 **Arqueologia da Arquitetura aplicada ao estudo dos espaços construídos: uma metodologia de análise**
Eduardo Alves / Rebeca Blanco-Rotea
- 2343 **Almada Velha: um projeto municipal de gestão arqueológica**
André Teixeira / Sérgio Rosa / Telmo António / Rodrigo Banha da Silva / João Gonçalves Araújo / Eva Pires / Beatriz Calapez Santos / Fátima Alves / Francisco Curate / Leonor Medeiros / Joana Esteves / Alexandra P. Rodrigues / André Bargão / Joana Mota
- 2357 **Um projeto de Arqueologia atlântica: a ERA na Madeira**
Arlette Figueira / Miguel Lago
- 2365 **Abordagens Interdisciplinares para o Estudo Histórico e Arqueológico do Património Têxtil: Experiências e Perspetivas da Ação COST EuroWeb**
Catarina Costeira / Francisco B. Gomes / Paula Nabais / Alina Iancu
- 2381 **Umas termas debaixo dos vossos pés: o Projeto de Estudo e Valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa (CRLx)**
Nuno Mota / Ana Caessa
- 2393 **Arqueologia Urbana no Município de Coimbra**
Sérgio Madeira / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Raquel Santo
- 2407 **A Cidade como ponto de (Re)encontro com o seu território**
Raquel Santos / Ana Gervásio / Clara Sousa / Joana Garcia / Sérgio Madeira
- 2419 **Os antigos sistemas de gestão de água de Coimbra: características formais e estado da arte**
Paulo Morgado / Sónia Filipe
- 2433 **Ecologias da liberdade: materialidades da escravidão e pós-emancipação no mundo atlântico. Um projeto em curso em Portugal e na Guiné-Bissau**
Rui Gomes Coelho / Ana Maria Costa / João Tereso / Maria da Conceição Lopes / Maria da Conceição Freitas / Patrícia Mendes / Rute Arvela / Sandra Gomes / Sara Simões / Sónia Gabriel
- 2441 **Centro Interpretativo do Urbanismo e da História do Crato – Resultados da intervenção arqueológica**
Susana Rodrigues Cosme / Tânia Maria Falcão / Heloísa Valente dos Santos

A SIMPLIFICAÇÃO LEGISLATIVA E OS DESAFIOS À ATIVIDADE ARQUEOLÓGICA

Gertrudes Branco¹

RESUMO

No quadro do SIMPLEX, o atual Governo Português elegeu como prioridade a simplificação da atividade administrativa, numa lógica de «licenciamento zero», legislando no sentido de eliminar as barreiras excessivas colocadas ao licenciamento das atividades económicas, com o objetivo de fomentar a competitividade, a concorrência, e o investimento em diversos setores de atividade.

No âmbito deste artigo procuramos efetuar o ponto de situação relativo ao contributo dos procedimentos de avaliação de impacto ambiental para o computo da atividade arqueológica nacional, com especial enfoco nas ações de salvaguarda e minimização patrimonial, desenvolvidas ao longo dos últimos anos, antecipando eventuais desafios processuais e metodológicos resultantes da implementação do quadro legislativo em vigor.

Palavras-chave: Avaliação de impacto ambiental; Legislação; Arqueologia.

ABSTRACT

Within the framework of SIMPLEX, the current Portuguese Government has chosen as a priority the simplification of administrative activity, in a logic of «zero licensing», legislating in order to eliminate the excessive barriers placed on the licensing of economic activities, with the aim of promoting competitiveness, competition, and investment in various sectors of activity.

In this article, we seek to take stock of the contribution of environmental impact assessment procedures to the calculation of national archaeological activity, with special focus on actions to safeguard and minimize heritage, developed over the last few years, anticipating any procedural and methodological challenges resulting from the implementation of the legislative framework in force.

Keywords: Environmental impact assessment; Legislation; Archaeology.

1. INTRODUÇÃO

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental resulta da aplicação de um conjunto de normativos legais que têm a sua origem no texto do “*National Environmental Policy Act of 1969*”, mais conhecido pelas siglas NEPA, promulgado pelo presidente Richard Nixon, a 1 de janeiro de 1970, como o seu primeiro ato oficial da década.

Os objetivos do NEPA centravam-se na definição de uma política ambiental nacional, que incentivasse a harmonia entre o Homem e o Ambiente prevenindo, ou eliminando, os danos na biosfera, e promovendo a compreensão dos sistemas ecológicos e dos recursos naturais, considerados valores importantes para a Nação, para as presentes e futuras gerações.

O Governo Federal americano assumiu o compromisso político de adotar estes objetivos nas principais ações desenvolvidas pelas agências federais norte americanas, dentro e fora da jurisdição territorial dos Estados Unidos. Entre eles a obrigatoriedade de: “*preserve important historic, cultural, and natural aspects of our national heritage, and maintain, wherever possible, an environment which supports diversity and variety of individual choice*”.

A consideração do património histórico e cultural, enquanto parte integrante do ambiente, remonta à origem do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, encontrando eco nas legislações subsequentes, daquele que é considerando dos maiores estatutos emulados do Mundo.

1. CHAIA. Research financed with Nacional Funds through FCT – Portuguese Foundation for Science and Technology; U.Évora / gertrudes.branco@gmail.com

2. LEGISLAÇÃO COMUNITÁRIA

A Diretiva 85/337/CEE, de 27 de junho de 1985 foi a primeira diretiva comunitária relativa aos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. Embora, ao longo das últimas (quase) quatro décadas, tenha sofrido alterações significativas, mantêm-se em vigor os princípios da precaução, da ação preventiva, e da correção, conforme (re)afirmados pela Diretiva 2011/92/UE, de 13 de dezembro, alterada pela Diretiva 2014/92/EU, de 16 de abril, presentemente em vigor.

Neste contexto legal, a Avaliação de Impacte Ambiental assume o objetivo primeiro de “*proteger a saúde humana, para contribuir através de um ambiente melhor para a qualidade de vida, para garantir a manutenção da diversidade das espécies e para conservar a capacidade de reprodução do ecossistema, enquanto recurso fundamental da vida*” (§ 14).

Esta Diretiva estabelece vários princípios de avaliação, que devem ser replicados pela ordem jurídica de cada Estado-Membro, onde se incluem a lista de projetos que devem ser sujeitos a avaliação (Anexo I e II); as principais obrigações do dono de obra (assentes no princípio do poluidor-pagador) e o conteúdo da documentação de avaliação, designadamente a descrição dos elementos do ambiente suscetíveis de serem consideravelmente afetados pelo projeto, entre os quais o património arquitetónico e arqueológico.

Portugal, enquanto Estado-Membro, adotou, pela primeira vez, a Diretiva 85/337/CEE, de 27 de junho de 1985, através da publicação do Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho.

3. LEGISLAÇÃO NACIONAL

As preocupações ambientais expressas nesta Diretiva comunitária, fazem parte de um processo global de consciencialização ambiental, que, em Portugal, encontram uma primeira referência explícita e coerente no *III Plano de Fomento de 1968 a 1973* (elaborado e aprovado pelo governo de Marcelo Caetano). Este enquadramento legislativo foi consagrado na Constituição da República Portuguesa, ao promover os direitos culturais e ambientais como tarefa fundamental do Estado (CRP, art. 9), e o direito ao “*ambiente e qualidade de vida*” (CRP, art. 66), na primeira versão da Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de abril).

Esta lei antecipa, em mais de três anos, a legislação

comunitária, em matéria de avaliação de impacte ambiental ao referir no capítulo específico dos instrumentos da política do ambiente e do ordenamento do território (Capítulo IV, art. 27, alínea g.): “*A avaliação prévia do impacte provocado por obras, pela construção de infraestruturas, introdução de novas atividades tecnológicas e de produtos suscetíveis de afetarem o ambiente e a paisagem*”.

A Lei de Bases do Ambiente manteve-se em vigor durante 27 anos, até ser revogada pela Lei de Bases da Política de Ambiente (Lei n.º 19/2014, de 14 de abril). A sua importância, no que respeita aos nossos interesses específicos, prende-se, não só com o carácter inovador da referência ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiente, como pelo enquadramento dado ao Património Cultural.

A Lei de Bases do Ambiente compartimentava o ambiente em “*Componente ambiental natural*”, que incluía o ar; a luz; a água; o solo vivo e o subsolo; a flora e a fauna, e “*Componente ambiental humana*”, que incluía a paisagem, o património natural e construído e a poluição. Nesta compartimentação o Património Cultural – *edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, e construído* – integrava a “*Componente ambiental humana*”, devia ser objeto de defesa, salvaguarda e valorização, através da gestão adequada dos recursos existentes.

A atual lei de bases afirma que a realização da política de ambiente é indissociável dos componentes ambientais naturais e humanas. Contudo, em concreto, o património construído é *enquadrado*, sem mais especificação, dentro da salvaguarda da identidade estética e visual da paisagem, nas “*Componentes ambientais naturais*”, não existindo qualquer referência ao património construído e/ou cultural, nas “*Componentes associados a comportamentos humanos*”, que se restringem, por sua vez, às alterações climáticas, resíduos, ruído e produtos químicos.

Esta alteração legislativa acentua a características biológicas, físicas e químicas do ambiente, em detrimento das circunstâncias antrópicas, onde se inclui o património cultural.

Retomando à temática de base, recordamos que Portugal, este ano, comemora 33 anos sobre a entrada em vigor da primeira legislação relativa ao procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental. Ao longo destes anos, a Avaliação de Impacte Ambiental foi sendo objeto de diferentes publicações e alterações, a maioria das quais motivadas pela ne-

cessidade de adaptar o regime jurídico nacional às deliberações emanadas pelas diretivas e normativos comunitários. Neste contexto, o atual regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental é definido pelo Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de Fevereiro, e posteriormente retificado pela Retificação n.º 7-A/2023, de 28 de Fevereiro.

4. REFORMA E SIMPLIFICAÇÃO DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS

A reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais (“SIMPLEX Ambiental”), decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro, implicou a alteração de dezanove diplomas legais, entre os quais o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, e o Código de Procedimento Administrativo, no que respeita a forma e prazos dos pareceres emitidos (art. 92º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro).

Numa análise que não é especialista, nem exaustiva, realçamos algumas das alterações que nos suscitam algumas reservas, e que, apesar do diploma assumir no Sumário que as alterações efetuadas não comprometem a proteção do ambiente e/ou do património cultural, na verdade poderão ter consequências indiretas na salvaguarda do Património Cultural, quanto ao âmbito e operacionalidade do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.

Começamos por uma questão de princípio. O móbil das alterações efetuadas não resulta (como comumente) da necessária adaptação aos normativos comunitários. Este decorre da vontade explícita do Governo Constitucional em reduzir os encargos e complexidades (licenças, autorizações e atos administrativos) que inibem a atividade empresarial, impactam a produtividade, o investimento e o crescimento económico.

Esta política de simplificação e redução dos encargos administrativos para as empresas, faz parte da política governamental, que se iniciou no procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, mas que, num curto espaço de tempo, será extensível a outras áreas, em especial, ao urbanismo, ordenamento do território, indústria, comércio e serviços e agricultura.

Começamos pelas alterações aos projetos submetidos a Avaliação de Impacte Ambiental. As diretivas comunitárias tipificam os projetos que são obrigatoriamente objeto de Avaliação de Impacte Ambiental

(Anexo I e Anexo II da Diretiva 2011/92/UE, de 13 de dezembro). Se no caso dos projetos tipificados no Anexo I existe uma transposição integral obrigatório para a legislação dos Estados-Membros, no caso dos projetos tipificados no Anexo II, os Estados-Membros podem fixar os limiares ou critérios com vista a determinar quais os projetos que, enquadrados na tipologia definida, são (ou não) objeto de Avaliação de Impacte Ambiental.

Por exemplo: apesar da legislação reconhecer que um projeto de “*reconversão de terras não cultivadas há mais de cinco anos para agricultura intensiva*” (tipificado no Anexo II) é passível de provocar impactes no ambiente, este só é sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental caso possua uma dimensão igual ou superior a 50 hectares e se localize numa área sensível, ou possua uma dimensão igual ou superior a 100 hectares e se localize fora das áreas sensíveis.

Recorde-se que “*Áreas sensíveis*” é um conceito legalmente definido e aplica-se, em exclusivo, a áreas protegidas (natureza e biodiversidade), sítios da Rede Natura 2000 e zonas de proteção dos bens imóveis classificados e em vias de classificados.

Naturalmente, dentro dos limiares dos 50 ou 100 hectares podem encontrar-se vários sítios arqueológicos que, por desconhecimento, não beneficiam da aplicação da Lei de Bases do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro) nem da eficácia do princípio preventivo, decorrente da aplicação da legislação de Avaliação de Impacte Ambiental. Começando pela não obrigatoriedade de se efetuarem trabalhos de caracterização e avaliação patrimonial, prévia ao início da execução do projeto.

No quadro do “SIMPLEX Ambiental” uma das principais alterações ocorre ao nível dos limiares ou critérios estabelecidos para os projetos tipificados no Anexo II, nomeadamente, no que respeita à “*Indústria da Energia*” (Quadro 1). Esta alteração é justificada no Sumário não só pela necessidade de simplificar as atividades das empresas, mas também como um contributo para a promoção da transição energética, num contexto de crise, de seca e de alterações climáticas. Se atendermos à listagem de todos os procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, dos últimos três anos (data de decisão) divulgados pela Agência Portuguesa do Ambiente (Quadro 2) constatamos que, efetivamente, a produção e transporte de energia elétrica, obtida a partir de fontes de energia renovável (solar e eólica), têm um peso significativo no computo dos projetos submetidos anualmente

a Avaliação de Impacte Ambiental.

À alteração dos limiares legais (Quadro 1) dos quais resultaram a definição das áreas (no caso das centrais solares ≥ 100 hectares, independente da capacidade de produção), o aumento da extensão das linhas de transporte de energia elétrica (de 10 km para 20 km) ou a introdução do efeito cumulativo, no caso dos parques eólicos (um parque eólico passa a poder localizar-se a uma distância inferior a 2km de outro, caso, cumulativamente, não ultrapassem as 20 torres), acresce a redução dos projetos submetidos à análise caso a caso, os quais dependem de uma decisão discricionária das entidades licenciadoras, que analisam, maioritariamente, efeitos cumulativos.

Assim, no caso do Anexo II, aos limiares legais que definem os parâmetros de submissão de um projeto a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, acresce a informação relativa aos critérios de exclusão de um projeto à análise caso a caso, diminuindo a margem de indefinição. A vigência da legislação irá demonstrar, com o tempo, se existe (ou não) um maior número de projetos excluídos do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, como se depreende do “espírito do Decreto-Lei”, que pretende levantar os entraves administrativos ao desenvolvimento económico. Certa é a importância que esta matéria assume na salvaguarda do património arqueológico. Em números: no ano de 2022 foram concedidas 2010 autorizações para a realização de trabalhos arqueológicos (8 autorizações por dia útil). Destas, 95% integram a Categoria C do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, sendo os restantes 5% distribuídos pela Categoria A (investigação – 4%), Categoria B (valorização – 0,5%), e Categoria D (emergência – 0,5%).

A Categoria C é dominada pelas autorizações concedidas para a prevenção e minimização de impactos de obras e licenciamentos em meio urbano (75%), com predomínio do acompanhamento arqueológico (55%), e pelas autorizações concedidas para a prevenção e minimização de impactos de projetos submetidos a procedimentos de avaliação de impacto ambiental (19%), com predomínio da prospeção arqueológica (58%).

Os trabalhos arqueológicos efetuados no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental não só minimizam a probabilidade de ocorrer a afeção indevida de património arqueológico no âmbito de um projeto específico, como contribuem para a obtenção de registos patrimoniais, em áreas que, fora

do móbil do projeto, permaneceriam desconhecidas. Para finalizar, uma referência à alteração dos prazos inerentes ao desenvolvimento do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, a que se alia a alteração do Código de Procedimento Administrativo, no que respeita à forma e prazos dos pareceres emitidos, e que podem comprometer, com facilidade, a eficácia da avaliação.

De acordo com o “SIMPLEX Ambiental”, a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) é emitida 150 dias contados a partir da data da submissão do pedido através da plataforma eletrónica da entidade licenciadora, sob pena de deferimento tácito. Ao contrário do procedimento anterior, no qual o prazo legal para emissão da DIA era de 100 dias, contados a partir da receção pela autoridade de AIA do EIA devidamente instruído.

Acresce, ainda, que o prazo para a solicitação de documentos, esclarecimentos, elementos complementares ou informações ao promotor, por parte da Comissão de Avaliação, apenas suspende uma vez. Caso esta necessite de solicitar mais elementos, o prazo de decisão não fica suspenso, desde que o promotor responda no prazo de 10 dias.

Do mesmo modo, os pareceres das entidades não podem ser emitidos fora de prazo. Caso um parecer obrigatório não seja emitido dentro dos prazos previstos o procedimento prossegue e é decidido sem ele. Todas estas alterações tornam os pareceres da tutela patrimonial vinculativos, apenas e somente, se forem emitidos dentro do prazo legal. Para esta pronúncia acontecer é necessário que o procedimento esteja, desde a submissão do pedido de licenciamento pelo requerente, devidamente instruído, e que os trabalhos arqueológicos de caracterização do património arqueológico e arquitetónico, se encontrem de acordo com as metodologias aprovadas e sejam suficientemente esclarecedores para que o parecer vinculativo, efetivamente, ocorra e cumpra a missão de salvaguardar o património arqueológico.

5. CONCLUINDO

Este artigo não é, nem pretende ser, uma dissertação exaustiva sobre as alterações efetuadas à legislação que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais. Este foca-se nalguns pontos fulcrais da mesma, que podem trazer consequências à salvaguarda do património arqueológico, considerando a importância que esta detém na matéria.

Apontamos, desde logo, o aumento dos limiares e dos critérios legais a partir dos quais um projeto é submetido a um procedimento de Avaliação, no caso concreto, os projetos relacionados com a produção e transporte de energia renovável. Referimos, em específico que as linhas elétricas dobram o seu tamanho, a construção de parques eólicos é definida em função do efeito cumulativo e que as centrais solares podem atingir uma dimensão até aos 100 hectares. A esta duplicação dos limiares, acresce a definição de critérios delimitadores da exclusão da análise caso a caso, que, anteriormente, eram definidos através da análise técnica e da ponderação dos efeitos cumulativos.

Do ponto de vista legal, abre-se um caminho direto ao deferimento tácito, num contexto em que o parecer vinculativo das tutelas apenas o será, se emitido dentro do prazo, responsabilizando indiretamente os técnicos pelo mesmo.

É a realidade expressa num Decreto-Lei que assume como móbil “*reduzir os encargos e complexidades que inibem a atividade empresarial e assim impactam a produtividade*”, num contexto legal de um procedimento que a Comunidade Europeia advoga com a necessária “*proteção do ambiente e da qualidade de vida*”.

BIBLIOGRAFIA

Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de junho do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais. [em linha]. Diário da República: I série, N.º 130/1990 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/186-1990-574930>.

Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. [em linha]. Diário da República: I série, N.º 211/2023 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/151-b-2013-513863>.

Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro da Assembleia da República. [em linha]. Diário da República: I série, N.º 4/2015 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2015-105602322>.

Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro da Presidência do Conselho de Ministros. [em linha]. Diário da República: I série, N.º 30/2023 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://files.dre.pt/1s/2023/02/03000/0000300192.pdf>.

Diretiva 85/337/CEE, de 27 de junho de 1985 do Conselho das Comunidades Europeias. [em linha]. Jornal Oficial n.º L 175 de 05/07/1985 pp. 0040-0048. [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/>.

Diretiva 2011/92/UE, de 13 de dezembro do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia n.º L 26/1 de 28.1.2012. [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <http://data.europa.eu/eli/dir/2011/92/oj>.

Diretiva 2014/92/EU, de 16 de abril Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia n.º L 257/214 de 28.8.2014. [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/>.

Lei n.º 11/87, de 7 de abril da Assembleia da República [em linha]. Diário da República: I série, N.º 81/1987 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/11-1987-666148>.

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro da Assembleia da República [em linha]. Diário da República: I série, N.º 209/2001 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/107-2001-629790>.

Lei n.º 19/2014, de 14 de abril da Assembleia da República [em linha]. Diário da República: I série, N.º 73/2014 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2014-107758109>.

Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto da Assembleia da República [em linha]. Diário da República: I-A série, N.º 155/2005 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-constitucional/1-2005-243729>.

National Environmental Policy Act of 1969. [em linha]. Public Law 91-190. As Amended Through P.L. 118-5, Enacted June 3, 2023. Disponível em <https://www.govinfo.gov/con-tent/pkg/COMPS-10352/pdf/COMPS-10352.pdf>.

Retificação n.º 7-A/2023, de 28 de fevereiro da Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria-Geral [em linha]. Diário da República: I série, N.º 42/2023 [Consul. 14 jul. 2023]. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/declaracao-retificacao/7-a-2023-208013507>.

	DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (6.ª versão – 2020)		DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro (7.ª e 8ª versão – 2023)	
	Caso geral AIA obrigatória	Áreas sensíveis AIA obrigatória	Caso geral AIA obrigatória	Áreas sensíveis AIA obrigatória
Instalações industriais destinadas à produção de energia elétrica, de vapor e de água quente	Potencia instalada ≥ 50MW	Potencia instalada ≥ 20 MW.	No caso de centros electroprodutores de fonte renovável solar, quando a área ocupada por painéis solares e inversores seja ≥ 100ha ; Nos restantes casos, potencia instalada ≥ 50 MW.	Centrais de fonte renovável solar que tenham uma área ≥ 10ha ; Potencia instalada ≥ 20 MW.
Instalações industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e transporte de energia elétrica, por cabos aéreos	Gás, vapor, água: ≥ 5ha. Eletricidade: ≥ 110 kV e ≥ 10 km . Subestações com linhas: ≥ 110 kV e área ≥ 1 ha.	Gás, vapor, água: ≥ 2ha. Eletricidade: ≥ 110 kV Subestações com linhas: ≥ 110 kV	Gás, vapor, água: ≥ 5ha. Eletricidade: ≥ 110 kV e ≥ 20 km .	Gás, vapor, água: ≥ 2ha. Eletricidade: ≥ 110 kV Subestações com linhas: ≥ 110 kV
Aproveitamento de energia eólica para produção de eletricidade	Parques eólicos ≥ 20 torres ou localizados a uma distância a 2 km de parques similares Sobre-equipamentos de parques eólicos não sujeitos a EIA, sempre que o resultado implique um total ≥ 20 torres, ou uma distância inferior a 2km de outro parque.	Parques eólicos ≥ 10 torres ou localizados a uma distância inferior a 2 km de outros parques similares.	Parques eólicos ≥ 20 torres, individual ou cumulativo até 2 km Sobre-equipamentos de parques eólicos não sujeitos a EIA, que implique ≥ 20 torres, individual ou cumulativo até 2km. Sobre-equipamentos de parques eólicos sujeitos a EIA, que implique ≥ 30 torres.	Parques eólicos ≥ 10 torres ou localizados a uma distância inferior a 2 km de outros parques similares quando na sua totalidade apresentem ≥ 10 torres.

Quadro 1 – Alteração dos limiares legais relativos aos projetos de produção de energia elétrica (incluindo painéis solares) e transporte de energia elétrica, por cabos elétricos.

	Tipologia	2020	2021	2022
ANEXO I	Anexo I – Aeroportos e autoestradas	1		
	Anexo I – Barragens			1
	Anexo I – Construção de estradas			1
	Anexo I – Construção de linhas elétricas			6
	Anexo I – Criação intensiva de aves e suínos	2	8	1
	Anexo I – Instalações armazenagem petróleo			1
	Anexo I – Instalações de incineração	1	3	
	Anexo I – Pedreiras ou minas	1	2	2
	Anexo I – Portos comerciais	1	1	
	Anexo I – Processamento de metais brutos		1	
ANEXO II	Barragens	1	3	4
	Centrais solares	6	17	2
	Construção de aquedutos e adutoras	2	2	1
	Construção de estradas	2		5
	Construção de loteamentos urbanos	8	6	7
	Construção vias férreas	2	2	
	Dragagens	1		1
	Estabelecimentos hoteleiros	2	2	3
	Florestação e reflorestação	3		1
	Indústria de conservação	1		
	Instalação de eliminação resíduos perigosos			1
	Instalações para produção energia elétrica		1	8
	Instalação energia hidroelétrica			1
	Instalações de abate de animais	3	1	
	Instalações de pecuária intensiva	1		5
	Marinas		1	1
	Parque eólico	4	11	4
	Parques de campismo		3	
	Parques temáticos			1
	Pedreiras	1		6
	Produção de vidro	1		
	Transporte de cabos energia elétrica		5	
	Outros	2	6	5
	TOTAIS	46	75	68

Quadro 2 – Listagem da tipologia dos projetos submetidos a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental, de acordo com a data de decisão. Fonte: <https://siaia.apambiente.pt/>



AAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

MAC
MUSEU
ARQUEOLÓGICO
DO CARMO

 **REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA**

1 2 9 0 

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA


INSTITUTO
ARQUEOLÓGICO E
ETNOLÓGICO
DIREÇÃO: FACULDADE DE LETRAS - UL
PALÁCIO DE SUB-RIPIAS


**CENTRO DE
ESTUDOS INTERDISCIPLINARES**
CEIS30 | Universidade de Coimbra

 **Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património**
UI&D 281

fct
Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UIDB/0046/2020

Apoio Institucional:

**PATRIMÓNIO
CULTURAL**
Departamento do Património Cultural

 **MUSEU NACIONAL
DE MACHADO DE CASTRO**

COIMBRIGA

 **seminário
maior de coimbra**